

Anistia leva governo a rever programação monetária

Da Reportagem Local

A instabilidade econômica vem retardando a aplicação pelo Banco Central (BC) de uma política monetária (controle da moeda em circulação) mais ativa. Mas, além disso, a aprovação da anistia pelo Congresso constituinte, que criou um rombo nos bancos oficiais, deve alterar toda a programação monetária do governo para este ano. Foi marcada uma reunião extraordinária do Conselho Monetário Nacional (CMN), no próximo dia 13, para discutir a nova programação.

Por enquanto, o BC e os demais integrantes da equipe econômica do governo continuam adotando medidas, como as aprovadas pelo CMN na última quarta-feira, que visam criar as condições para que a autoridade monetária retome o controle sobre o dinheiro em circulação.

O CMN retirou o último fator de passividade do BC com o fim do depósito voluntário dos exportadores junto ao BC (resolução nº 1.208) e sua substituição pela colocação de novas Obrigações do Tesouro Nacional (OTN) monetárias com reajuste cambial. O primeiro leilão de OTNs cambiais será no próximo dia 15.

Além disso, com a mudança na tributação do curto prazo, que entrará em vigor em setembro, o mercado espera uma elevação dos juros no curto prazo e, em decorrência, uma alta dos juros pagos pelos CDBs. O objetivo da nova política monetária é alongar os prazos das aplicações — possível só com a elevação dos juros — e desvincular o over da inflação.

Como a crise empurra os recursos para o curto prazo e a nova política monetária quer alongar os prazos, a política de ajuste econômico do governo tem sido e será gradual. Assim, os analistas acham que este ano o objetivo principal da política monetária não será baixar a inflação, mas evitar uma hiperinflação.

As taxas de juros dos CDBs só deverão aumentar, de forma sustentada, em setembro. Segundo analistas, este é o prazo que o BC tem para mudar o esquema dos depósitos compulsórios. Hoje eles são recolhidos apenas sobre contas correntes e cadernetas de poupança. O BC pretende que incidam sobre o conjunto das aplicações. As alíquotas poderão ser menores, mas o controle sobre a liquidez exercido pelos compulsórios será mais estável.

Editoria de Arte